

Na sessão, presidida por Sua Excelência Reverendíssima, o Bispo de Portalegre – Castelo Branco, D. Augusto César e pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, Eng.º José Fernando Mata Cáceres, assistiu público atento e interessado em conhecer um pouco mais sobre uma figura incontornável da História Religiosa, e não só, do século XX.

A apresentação esteve a cargo do Eng.º Carlos Portas que comentou a atitude social e culturalmente empenhada de D. António Ferreira Gomes, nomeadamente enquanto Bispo da Diocese de Portalegre – Castelo Branco (1948-1952). O autor, Pacheco de Andrade explicou a necessidade deste livro, definido por Carlos Azevedo no seu prefácio como “a crónica de uma vida ao serviço da liberdade”.

Refira-se que esteve patente ao público, na Biblioteca Municipal de Portalegre, uma pequena mostra biobibliográfica sobre D. António Ferreira Gomes.

Olga Ribeiro

Biblioteca Municipal de Portalegre



IX JORNADAS DO PATRIMÓNIO DA ARQUIDIOCESE DE BRAGA

Ao longo dos tempos, a História tem sido testemunha de como a Arte traduziu, desde sempre, as expressões mais profundas do sentimento religioso do Homem e de como contribuiu para a ritualização do culto.

O enorme património, acumulado ao longo dos séculos, da história da Igreja é revelador da importante dimensão da arte religiosa e sublinha a relação estreita entre a arte e a liturgia. Os monumentos religiosos com o seu património múltiplo e variado, constituem conjuntos importantes, plenos de significado, coerência e memória, cuja preservação se impõe. Criadas num contexto teológico, litúrgico e cultural, estas inúmeras obras de arte do passado são uma herança insubstituível que não pode ser ignorada, destruída ou mutilada, sob pena de destruirmos a memória viva, cultural e cultural, de gerações que manifestaram a sua fé.

Este princípio de salvaguarda patrimonial, embora inquestionável e comumente aceite, nem sempre tem sido seguido e inúmeros atentados, de consequências gravíssimas e muitas vezes irreversíveis, têm sido praticados nas nossas igrejas. Múltiplas e diversas causas estão na origem da degradação e mesmo da destruição deste património. Entre elas, ocupando um lugar proeminente, está o mau estado do edifício. Importante agente de deterioração, causador das deficientes condições ambientais existentes na maior parte das igrejas devido às arruinadas coberturas e vãos, fontes de gravíssimas infiltrações; às drenagens deficientes; à pouca ventilação; ao mau estado de conservação do reboco e juntas das paredes; aos obsoletos e perigosos sistemas de iluminação e de som; à situação de abandono e a consequente carência de vigilância e de segurança, a ele não é estranha a degradação do seu património integrado, que com ele constitui uma unidade. Por outro lado, e pelo facto da maior parte das igrejas estarem afectas ao culto, onde tudo desempenha ainda uma função, existem outros factores que também interferem na conservação do

seu espólio. A exposição ao culto dos bens religiosos e a sua participação nas celebrações litúrgicas originam situações de grande risco, provocadas não só pelo uso – toque, manuseamento, limpeza, deslocação, iluminação, flores, velas, etc., – mas também, e sobretudo, por más intervenções “ditas” de conservação e restauro que, na maior parte das vezes, realizadas sem o rigor técnico/científico adequado, lhe alteram a morfologia e fisionomia primitivas, destruindo todo o seu valor patrimonial.

Ainda no âmbito das causas de destruição das expressões de arte que se encontram no espaço de uma igreja não podíamos deixar de falar dos reflexos que, nalguns templos, tem deixado a “adaptação” exigida pela, frequentemente denominada “nova liturgia”. A pretexto das exigências litúrgico/pastorais das celebrações e em nome de uma outra organização espacial, têm sido “sacrificados” grades, ambãos, púlpitos, altares, cadeirais, peças fundamentais da arte sacra que têm vindo a ser arrancados ao seu contexto vital, em nome da reforma litúrgica. Atitude que, sem revelar o mínimo de pruridos com a conservação e o respeito pela autenticidade destes elementos artísticos acaba por cercear a relação semiológica que lhes conferia o sentido, correndo o risco de, ao nível dos sinais e símbolos que o próprio espaço constitui, se transformar numa mensagem equívoca.

Consciente destas realidades e ciente da responsabilidade de ser detentora de uma grande herança patrimonial, a Arquidiocese de Braga, através do Instituto de História e Arte Cristãs, vem realizando há alguns anos as Jornadas do Património Cultural da Arquidiocese de Braga. Chamando artistas, historiadores de arte, conservadores, restauradores, arquitectos e liturgistas, e apostando num diálogo multidisciplinar de especialistas tem criado lugar para a discussão, análise e reflexão.

Em 2003, as IX Jornadas, subordinadas ao tema TALHA: UMA RIQUEZA A CONSERVAR, teve como objectivos: “sensibilizar para o valor da talha; alertar para a responsabilidade da Igreja na conservação dessa riqueza; relembrar os cuidados a ter na limpeza e conservação; abordar a problemática dos restauros; alertar para a importância do trabalho das zeladoras; explicitar a interligação entre estética, funcionalidade, preservação; contactar com um exemplo concreto de restauro: o Mosteiro de Tibães”. Foram escolhidos como destinatários preferenciais: “os Vice-Arciprestes e Equipas Arciprestais para o Património; Párocos e Capelães; Membros das Comissões Fabriqueiras e Comissões para os Assuntos Económicos; Zeladoras; Engenheiros, Arquitectos, Técnicos que operam em locais destinados ao culto; Agentes pastorais ligados à gestão, tratamento e conservação do património da Igreja”.

As Jornadas abriram com a Saudação de Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz de Braga que desenvolveu o tema: “Promover a cultura na vigilância e na preservação da talha”. Começando por informar da constituição dos Conselhos Económicos Paroquiais e focando os seus estatutos, especificamente o artigo 15.1 – “É dever do CEP velar para que os bens e valores da paróquia não se percam ou desvalorizem, nem por qualquer forma pereçam ou sofram dano” –, o senhor Arcebispo continuou, numa posição frontal e objectiva, afirmando que “o sector da talha emerge como presa fácil onde acontecem descuidos na conservação, deteriorações permitidas, restauros desajustados e impensados, deficiências graves na protecção, atropelos à sensibilidade artística, pouco respeito pelo verdadeiro valor patrimonial, (...)” defendendo que, “perante o risco que corremos e pelas perdas irreparáveis que já experimentámos, é de esperar que os párocos, com os Conselhos Económicos e Mesas Administrativas das Confrarias e Irmandades, apostem num comportamento que ouse apelidar de *cultura de vigilância*. Vigiar é uma mentalidade nova na responsabilidade e atenção aos valores artísticos e patrimoniais.

Estamos vigilantes quando nos consciencializamos de que a rápida degradação e risco de perda do genuíno testemunham pouca consideração por símbolos emblemáticos e sinais de uma evolução histórica”. Continuou o senhor Arcebispo criticando a falta de princípios e os métodos que ocasionam intervenções que degradam “o tecido do tesouro de grandes dimensões ou de pequena expressão e a enriquecer oportunistas ou pequenas clientelas”. Depois, defendendo uma responsabilidade eclesial e civil e a prática da *vigilância* e atribuindo aos Conselhos Económicos um papel activo no terreno, apontou para a necessidade da emergência dos critérios de intervenção, pela existência de certificados de qualidade, e pela creditação por parte da Comissão de Arte Sacra. Lucidamente, reconhecendo as causas, apontando os caminhos e apostando na colaboração inter-institucional, D. Jorge Ortiga deu um forte contributo para a salvaguarda do “tesouro que temos entre mãos”.

Depois desta importante e significativa Saudação, tomou a palavra a Dra. Maria de Fátima Eusébio, assistente da Faculdade de Letras do Pólo de Viseu da Universidade Católica e investigadora da arte da talha barroca, com a conferência: “A talha no espaço litúrgico: expressão estética, significativa e catequética”. Por gentileza da autora passo a transcrever um resumo da sua interessantíssima comunicação onde, para além de demonstrar a importância da talha como elemento artístico de eleição da arte religiosa portuguesa, parte integrante da identidade da Igreja ibérica é, pela sua simbologia, um poderoso elemento catequético. “A arte da talha corresponde a uma das vertentes artísticas de maior alcance e originalidade no quadro da arte portuguesa, particularmente nos séculos XVII e XVIII. A sua máxima explanação teve lugar nos espaços religiosos, mercê das suas potencialidades simbólicas e catequéticas. Componente indispensável no seio das nossas igrejas, não se cingiu aos retábulos, foi o recurso utilizado para dignificar púlpitos, órgãos, cadeirais, castiçais, lavabos, sacristias, portas e janelas, proporcionando uma transfiguração espacial e a criação de ambientes místicos. Assumiu-se como um recurso excepcional para colmatar as fragilidades da nossa arquitectura religiosa.

A Igreja, consciente da acção interventora da talha no interior dos templos, vai utilizá-la como “bíblia auxiliar” dos sermões.

Um desenvolvimento que não se confinou aos grandes centros, como Porto, Braga e Lisboa, antes se expandiu por todo o mundo português, assumindo características regionalistas. Uma manifestação que não se circunscreveu às grandes catedrais e igrejas paroquiais, antes se manifestou também em espaços rurais, muitos deles exíguos, em pequenas capelas, públicas e particulares, que se perdem no isolamento das nossas aldeias e vilas.

A sua preservação e valorização impõe-se por motivações artísticas, culturais e históricas, faz parte da memória e identidade da Igreja lusitana e dos seus fiéis. Porém, não podemos esquecer o seu valor cultural: a estrutura e a decoração da talha correspondem à materialização de uma linguagem simbólica, são o suporte visual das palavras proferidas pelos sacerdotes.

A talha é um testemunho claro da religiosidade dos fiéis, que através dela veneram ao Senhor. Assim, ela *permite-nos redescobrir não só o caminho de uma vertente estética, mas também os caminhos da Fé.*”

Desta vertente histórica, artística e catequética da talha, passou o técnico de conservação e restauro, Luís Rodrigues Ferreira, para a área da sua preservação e manutenção. Apresentando imagens, não tão raras como se desejaria, de degradação do património das nossas igrejas – quer ao nível dos elementos estruturais, quer do decorativo – falou de alguns factores de degradação que estão na sua origem, e que causados, muitas vezes pelo mau uso, podem ser preventivamente evitados. Vimos imagens de estruturas e materiais

fragilizados ou destruídos por ataque biológico – fungos e insectos; vimos talha e pintura queimadas pela proximidade da chama das velas; vimos revestimentos dourados e polícromos em destacamento devido a fortes oscilações de temperatura e humidade; vimos peças metálicas em avançado estado de corrosão; vimos superfícies com grande acumulação de sujidade devido à deposição de poeiras e à aplicação de abrillantadores e de produtos de limpeza inadequados; vimos revestimentos dourados pontualmente encobertos por purpurina; vimos pinturas murais desvanecidas e encobertas de poeiras e fungos; vimos pintura sobre tela com perfurações, escurecidas por alteração de vernizes, depósito de poeiras e com redes de microfissuras; vimos fios, tomadas e quadros eléctricos espalhados por tudo o que é sítio; etc., etc., etc.

Alertando para o facto de que “quem lida diariamente com o património deve ser alertado para alguns aspectos essenciais para prolongar a vida desse tesouro”, afirmou que tem de haver sensibilização para os riscos que podem estar na humidade, no fumo das velas, nos fios eléctricos, nos insectos, nas flores, na má limpeza. Defendendo, também ele, a “cultura da vigilância”, apelou para o uso correcto desses bens das igrejas e para a sua limpeza adequada. Ambos serão o garante de uma boa manutenção que, aliçada por uma postura atenta, conduzirá à conservação preventiva e assim à preservação desse património.

O dia das Jornadas terminou no Mosteiro de Tibães onde, para além da visita à Igreja recentemente recuperada, foi apresentada a comunicação: “A Igreja do Mosteiro de São Martinho de Tibães: um espaço patrimonial e cultural. Reflexões sobre o seu uso partilhado”.

Da minha responsabilidade, esta intervenção pretendeu mostrar como se têm articulado os dois usos – o religioso e o museológico – na Igreja do Mosteiro de São Martinho de Tibães, monumento histórico classificado, e como se tem desenrolado o diálogo, que se pretende profícuo, entre os responsáveis da Igreja, os representantes do Estado, os gestores culturais e ainda os arquitectos e os conservadores restauradores que aqui têm intervido.

Como mero exemplo deste diálogo apresentámos algumas intervenções que realizámos na igreja e que sublinham a relação estreita entre a arte e a liturgia:

- Recolocação do sacrário no seu sítio original, a Capela do Descendimento da Cruz, donde tinha sido retirado no século passado e posicionado incorrectamente, quer do ponto de vista estilístico e estético quer cultural, no retábulo mor;
- Intervenção nos altares do transepto. Em 1992, os retábulos, para além de problemas no suporte, apresentavam vestígios da acção de térmitas e vastas zonas sem revestimento da folha dourada. Os trabalhos de conservação e restauro realizados na altura, ao nível do revestimento cromático, com a aplicação de uma mistura adesiva de cera, sustentaram-lhe o estado de degradação mas não colmataram o aspecto deteriorado, provocado sobretudo pela grande presença de madeira enegrecida, sem douramento. Perante esta situação, e dada a limitação imposta pela intervenção anterior que inviabilizava, pela incompatibilidade entre produtos, a colmatação das lacunas de revestimento com folha de ouro, optámos pela reintegração cromática à base de pigmento mineral dourado. Esta metodologia foi seguida tendo em conta a restituição da dignidade à peça e à verdade do seu ser e o seu uso cultural;
- Reabilitação do Baptistério a fim de retomar a sua fisionomia e função própria;
- Reordenamento das imagens tendo em conta o programa iconográfico e a documentação histórica existente;

- Novos projectos de iluminação e de som para melhor servirem os diversos usos, nomeadamente o som foi montado de maneira a permitir a movimentação ao celebrante, eliminando visualmente a inestética panóplia de equipamento.

Apresentadas algumas das intervenções comuns ao património e à liturgia, passámos a falar do uso partilhado da nossa igreja e das dificuldades encontradas no dia a dia para encontrar a articulação correcta entre o uso cultural e o uso museológico, e que, no nosso entender, poderão ser superadas pela: promoção de uma cultura patrimonial que sensibilize e eduque a comunidade para o uso e preservação de um património que não avaliava convenientemente; respeito dos utentes pelos diversos usos do espaço; informação atempada dos horários do culto e das actividades culturais.

Com a certeza que não esgotei os problemas originados pelo uso partilhado mas que apenas os aflorei, terminei com a consciência que sobre assunto tão delicado importa evitar posições fundamentalistas quer sejam patrimonialistas quer sejam culturalistas, sempre redutoras relativamente às expressões culturais e aos valores intrínsecos dos bens e que só poderão pôr em risco o património que está nas nossas mãos.

Na visita à Igreja foi veiculada a ideia de que a obra de reabilitação foi feita no âmbito de uma abordagem integrada de todo o mosteiro. De como, com uma visão integral do monumento e com o seu projecto de reutilização concebido, partimos para a recuperação física da igreja, um espaço patrimonial com funções museológicas e culturais, e para os trabalhos de conservação e restauro do seu património integrado. Indissociável da sua vocação litúrgica e espiritual, esse património existe para veicular uma mensagem, pelo que este aspecto também norteou a filosofia de intervenção e a metodologia aplicada. A recuperação efectuada foi acompanhada por um diálogo com os responsáveis da Igreja quer no respeitante ao encerramento da igreja e calendarização de obra, quer no referente a algumas acções a realizar que se prendiam também com o uso litúrgico do espaço, como eram a recolocação do sacrário, a reabilitação do baptistério e o reordenamento da imagi-nária e das alfaías religiosas.

Outro ponto explorado na visita foi o modo como fizemos a intervenção. Após termos retirado todo o acervo móvel, procedido às acções prévias de conservação, como foram limpezas e fixações da folha de ouro e da policromia, e protegido, o mais eficazmente possível, o património integrado, iniciámos os trabalhos que, atendendo aos estudos históricos, iconográficos, litúrgicos, ambientais, estruturais, acústicos, térmicos e dos materiais, passaram por uma nova cobertura, pela instalação de infra-estruturas ao nível da iluminação, som, vigilância e detecção de incêndios, e pela conservação e restauro de todo o espólio. A toda a intervenção na igreja estiveram subjacentes os mesmos critérios quer estivessem em causa a talha, a pintura, a escultura ou os sinos, o mobiliário ou os taburnos das sepulturas, sem valorações de ordem artística ou estética e apenas entendidos na sua essência de bem cultural.

Assim decorrerem as IX Jornadas do Património da Arquidiocese de Braga. Estamos convictos que reforçaram o conhecimento de que os monumentos religiosos são um legado patrimonial riquíssimo, cuja preservação, que devemos assegurar com uma cultura de vigilância e de ética, coloca problemas difíceis e por vezes complexos de resolver, mas constituem um desafio à nossa responsabilidade geracional, mostrando que somos dignos da herança artística que nos foi legada.

Braga, Setembro de 2003

Aida Mata
Mosteiro de São Martinho de Tibães